



REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA SAÚDE

Exmo. Senhor
Dr. João Bezerra da Silva
Chefe do Gabinete da Senhora Ministra
Adjunta e dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento (A.R.)
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício n.º 128	15.03.2022	N.º: ENT.: 2982/2022 PROC. 12/22 040.05.03/22	22.03.2022

Assunto: Pergunta n.º 457/XIV/3ª de 15 de março de 2022 do Partido Comunista Português - Não aceitação das avaliações de desempenho aos enfermeiros na ULS Guarda biénio 2019-2020

Relativamente ao assunto referenciado em epígrafe e consultado o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. (ULS Guarda), encarregue-me a Senhora Ministra da Saúde de informar o seguinte:

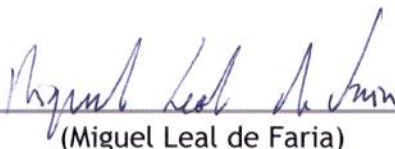
1. A avaliação de desempenho dos enfermeiros da ULS Guarda respeita as disposições legais aplicáveis, designadamente o regime jurídico constante da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro (Lei do SIADAP) e da Portaria n.º 242/2011, de 21 de junho, que adaptou o subsistema SIADAP 3 à carreira de enfermagem.
2. Nos termos da legislação aplicável no âmbito do SIADAP, o processo de orientação e avaliação de desempenho dos enfermeiros inicia-se com a entrevista de orientação inicial, em que designadamente se contratualizam os parâmetros de avaliação, pelo que a verificação do cumprimento dos objetivos e comportamentos só pode ser efetuada a partir desse momento.
3. A avaliação do desempenho dos trabalhadores depende da verificação de determinados requisitos funcionais, com implicações no tipo de avaliação, considerando critérios como a duração da relação jurídica de emprego público, o tempo de serviço efetivo e o contacto funcional com o avaliador.
4. Os requisitos funcionais para realização da avaliação do desempenho constam do respetivo regime jurídico, exigindo-se que, no biénio anterior, os trabalhadores possuam relação jurídica de emprego público com, pelo menos, um ano, e o correspondente serviço efetivo.
5. O serviço efetivo é o trabalho realmente prestado pelo trabalhador nos serviços, implicando que se retirem as ausências prolongadas ao serviço, tais como licenças sem vencimento/remuneração, licença de maternidade, ausência por motivos de doença superior a 30 dias, exercício de funções em organismos não abrangidos pelo SIADAP, entre outros.



6. Determina o número 6 do artigo 42.º da Lei do SIADAP que, não se verificando os requisitos funcionais para avaliação, releva, para efeitos da respetiva carreira, a última avaliação atribuída nos termos da Lei do SIADAP ou das suas adaptações.
7. Neste sentido, dispõe igualmente a Portaria n.º 242/2011, de 21 de junho, no número 1 do artigo 12.º, estipulando que, no caso dos enfermeiros cuja situação não cumpra os requisitos funcionais da avaliação, “a última avaliação do desempenho obtida reporta-se igualmente aos anos seguintes”.
8. Nos casos em que não seja possível fazer relevar a última avaliação, por inexistência de avaliação ou por esta não respeitar as percentagens de diferenciação de desempenhos, ou ainda quando o enfermeiro pretenda a sua alteração, há lugar a ponderação curricular, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 42.º e no artigo 43.º da Lei do SIADAP.
9. Efetivamente, face aos constrangimentos verificados no desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho referente ao biénio 2019/2020, o que motivou atraso na fixação dos parâmetros de avaliação, a situação de alguns enfermeiros da ULS Guarda não cumpria os requisitos funcionais da avaliação, tendo sido feita relevar a última avaliação obtida, nos casos em que tal foi possível.
10. Nas situações em que inexistia avaliação que pudesse ser relevada, foi garantida aos enfermeiros a possibilidade de avaliação por ponderação curricular, não preterindo, assim, o direito destes a uma avaliação adequada.
11. Nestes termos, entende a ULS Guarda ter cumprido com o exigido, tendo garantido aos enfermeiros, apesar dos constrangimentos associados, uma avaliação de desempenho nos termos legalmente previstos.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe do Gabinete



(Miguel Leal de Faria)